



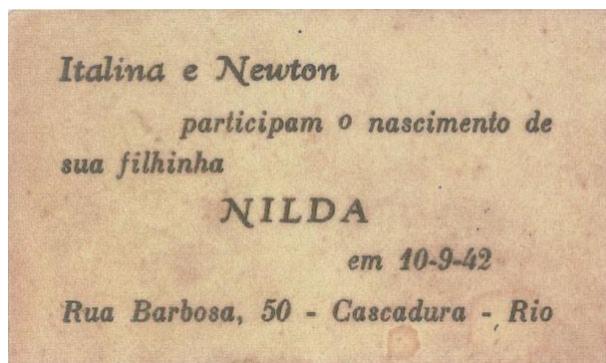
## LEGADOS PEDAGÓGICOS

### NARRATIVAS E IMAGENS NA/DA/COM A 'DOCÊNCIAPESQUIAEXTENSÃO'

#### Memórias de uma trajetória de formação

Nilda Alves<sup>1</sup>

O começo de qualquer história é decidido por quem a conta ou a escreve. Num exemplo: a história de Chapeuzinho Vermelho começa quando ela já pode atravessar a floresta sozinha, mesmo se sabendo da existência do Lobo Mau.



Cartão anunciando o nascimento, 1942 – Acervo da autora.

Começo, assim, esta minha história no ano de 1949. Tinha seis anos, feitos em setembro do ano anterior, e acabara de

aprender a escrever meu nome. Meu pai e minha mãe, que pertenciam ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na ilegalidade, passavam pela família um abaixo-assinado a favor da paz e contra as armas atômicas. Vendo esse movimento, num dia de festa, na família materna, perguntei: eu posso assinar? Papai me estendeu a folha de papel e eu assinei meu nome, com todo o cuidado que só temos aos seis anos de idade.

Creio que este começo me foi sugerido, neste momento tão difícil deste mundo, em que as grandes potências voltaram a se ameaçar e a nos ameaçar com as bombas atômicas que possuem.

É desse acontecimento comum, cotidiano, que existe – como em todo ato humano – em suas dimensões éticas, estéticas, políticas e poéticas, aquele de que quero partir para narrar a minha história.

Ela terá três direções: 1) minha 'atuaçãoformação' como docente, da escola básica à pós-graduação; 2) minha 'atuaçãoformação' como pesquisadora, do curso de Geografia, na Faculdade Nacional de Filosofia/Universidade de Brasil<sup>2</sup> ao doutorado e pós-doutorado desenvolvido na França e com minha atuação em duas universidades localizadas no Estado do Rio de Janeiro – a Universidade Federal

<sup>1</sup> Professora emérita da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando no Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd) – campus Maracanã e no Programa de Pós-graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEDU) – campus S. Gonçalo.

<sup>2</sup> A Universidade do Brasil, depois da reforma universitária surgida do relatório Meira Matos (Lei n. 5.540/1968), da ditadura militar-empresarial de 1964, foi transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro e a estrutura de faculdades de filosofia, ciências e letras desapareceu, com esta mesma lei. Essas faculdades agrupavam todos os cursos de licenciatura e bacharelado e que era chamada de FNFi – que se dizia fênêfi – no Rio de Janeiro, no meio estudantil, com orgulho.

Fluminense e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 3) minha ‘*atuação formação*’ política no campo da Educação, com os exercícios de dirigente em algumas associações e a militância acadêmica diversa nessas mesmas associações.



Em Lisboa, 2018, em momento de IV Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Currículo, entre 10 e 12.09.2018 – Acervo da autora.

Cabe explicar, para poder continuar, porque escrevi ‘*docênciapesquisaextensão*’ no título do texto. Há muito, desenvolvendo trabalhos nos/dos/com os cotidianos, percebemos que as dicotomias criadas, necessariamente, para fazer surgir as

ciências na Modernidade (DARNTON, 1986) estavam criando limites ao que precisávamos criar com nossos processos de ‘*docênciapesquisaextensão*’. Para nos lembrar sempre disso – da forte formação que temos no pensamento da Modernidade e seus processos – começamos a escrever juntos e em itálico, os termos antes dicotomizados. As aspas simples apareceram depois que alguns editores “corrijam” para prática-teoria, o modo como escrevíamos: *prácticateoria*.

Hoje, ampliamos bem este uso, para mostrar, por exemplo, processos concomitantes que realizamos nas pesquisas que desenvolvemos – ‘*verouirsentirpensar*’ um filme ou ‘*docênciapesquisaextensão*’, como aparece no título deste texto.

### **Docente Sim e Sempre Maravilhada com Essa Possibilidade**

Nunca tive dúvidas de que queria “dar aulas”- expressão que sempre me causou espécie, mas que deixo aparecer aqui sem que a discuta. Entrando na escola primária<sup>3</sup>, em 1950, aos sete anos, aprendi bem rápido a escrever e ler, com D. Normélia, que foi minha professora do 1º e 2º anos. Nos 3º e 4º anos, D. Feliciano foi minha professora. Adorava as duas e adorava estar na escola que era a Escola Primária Francisco Manuel, no Grajaú, onde papai e mamãe tinham construído nossa casa na rua Juiz de Fora, 193, quase esquina da rua Borda do Mato, onde havia – e há, ainda - uma feira todas às 3as feiras. A casa foi construída com um empréstimo da Caixa Econômica, que se tornou nossa conhecida, desde então.

Ao lado, da nossa casa, tínhamos uma estrutura comercial com uma padaria, um açougue, um bar, um barbeiro e uma

<sup>3</sup> Nesse momento a escolarização era feita: na escola primária, de 4-5 anos. O último ano era chamado de “admissão”, pois era preparatório para entrarmos no ginásio, que possuía quatro anos. Em seguida vinha o secundário, que tinha três anos e, com grande influência da escola francesa, possuía três modalidades: Escola Normal (que na Universidade permitia somente que se fizesse a Pedagogia); Científico (que dava ingresso aos cursos de Medicina e de Ciências – Física, Química, Matemática); Clássico (que permitia o ingresso nos cursos de Letras, na Universidade).

quitanda<sup>4</sup>. Isso era, naquela época, raríssimo naquele bairro, construído planejadamente e ocupado por boas casas de classe média – muitos docentes e militares. As estruturas comerciais estavam nas ruas de maior trânsito: na rua Barão de Mesquita, com a praça Verdun, que se estendia em direção ao centro do Rio de Janeiro e na rua Barão de Bom Retiro, que se estendia para os bairros da Zona Norte da cidade<sup>5</sup>. Essa situação se modificou muito pouco, até o presente.

Quando nos mudamos, como eu tinha seis anos e não podia entrar na escola pública, meus pais nos colocaram, a minha irmã e eu, em uma escola privada em prédio que não existe mais e que ficava na rua Barão de Bom Retiro.

No ano seguinte, ingressei na escola pública. A escola era longe de casa – uns oito quarteirões bem grandes - tendo que ir e voltar a pé, para o quê nunca houve problema. Quando minha irmã entrou na escola, dois anos depois<sup>6</sup>, fazíamos, com frequência, este caminho sozinhas, embora incluísse a travessia de uma rua com tráfego grande, para a época – a Barão de Bom Retiro, já referida acima.

Já na escola primária eu gostava de falar e organizar coisas. Fui eleita representante da turma desde a 2ª série e era oradora oficial do Centro Cívico da escola, na 4ª série. Tínhamos uma cerimônia das datas cívicas, todos os meses, e a oradora oficial lia, no microfone, para todos os alunos e alunas, formados/as no pátio, um texto que falava dessas datas. Preparava, a cada mês,

esses textos com papai e os guardo até hoje, na intenção de escrever um texto com eles.



Neila, minha irmã, com 3 anos e Nilda com 6 anos, com uniforme da escola Cruzeiro, em 1948 – Acervo da autora.

Algumas histórias dessa época, estão em livro autoral que publiquei, há poucos anos atrás (ALVES, 2019). A vontade de ser professora era tanta que ensinei a minha irmã a escrever o nome – em letra de imprensa, maiúscula: NEILA - logo que entrei na escola. Ela aprendeu, mas com as letras rebatidas o que nem notei e que deu trabalho à professora, também D. Normélia, no 1º ano para alfabetizá-la.

<sup>4</sup> Quitanda era o nome que se dava ao lugar onde se vendia verduras e legumes, algumas bebidas e alguma laticínios.

<sup>5</sup> Sei bem que esses nomes de ruas não permitem a formação de sentidos para quem não conhece o Rio de Janeiro. Mas foram necessários a quem escrevia o texto.

<sup>6</sup> Embora três anos mais nova do que eu, minha irmã (Neila), entrou no curso primário dois anos depois de mim porque foi beneficiada por uma mudança das normas de ingresso: quando eu entrei, era necessário ter sete anos completos – fazendo aniversário em setembro, tinha sete anos e meio, em março de 1950; ela pode entrar no ano em que completaria sete anos – fazendo aniversário em outubro, ela tinha seis anos e cinco meses quando começou o primário. Tínhamos um irmão (Nilson) que “por ser muito levado” – o que era dito na família – foi colocado em um colégio interno privado (Colégio Batista, na Tijuca) aos sete anos de idade. O que hoje, nem se pensaria fazer. Mas isso existia naquele tempo. Hoje se prefere entupir a criança “levada” de comprimidos viciantes, com o conluio de médicos irresponsáveis e para a alegria de laboratórios que só querem lucrar cada vez mais.



Nilson, meu irmão, com o uniforme do Colégio Batista, em 1945, com 7 anos – Acervo da autora.

Dessa época, trago, ainda, a lembrança de que era uma boa aluna e que, por isso, me sentava perto da mesa da professora e do quadro negro, na 3ª e 4ª série, só descobrindo a miopia que tinha no primeiro dia de aula do curso de admissão, privado<sup>7</sup>, no qual fui me preparar para entrar no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Chegando atrasada, no primeiro dia de aula, fui colocada em uma sala que era um corredor comprido e descobri que não conseguia ler nada do que estava escrito no quadro-negro. Uma colega ao lado, me

emprestou os óculos que usava – era míope – e consegui ver tudo.

Preciso dizer que depois de uma semana, fizemos uma prova neste curso e fui parar na turma com as maiores notas e que tinha direito à melhor sala do prédio antigo no qual funcionava o curso. Isso mostra a qualidade da escola pública que eu tinha feito, o que foi corroborado com o meu ingresso no Instituto de Educação em oitavo lugar, sendo membro da turma 101-com 40 alunas<sup>8</sup> - quando comecei a fazer o ginásio, no ano de 1955.

No Instituto fui, no entanto, uma aluna média. Prestava atenção nas aulas, conseguia me sair bem em algumas disciplinas, mas estudava relativamente pouco. A vida é cheia de interesses na adolescência! Mas continuei a liderar a turma, tendo sido eleita representante da turma quase todos os anos. Além disso, pertenci a uma diretoria do Grêmio escolar.

No IE-RJ, além do ginásio fiz o curso Normal, que devido à intensa procura e necessidade de professoras para o curso primário, teve um concurso no ano de 1959, o que deu origem a vinte e uma turmas com quarenta alunas cada uma, em um total de oitocentas e quarenta estudantes só no 1º ano Normal<sup>9</sup>. Também fiquei, nesse momento, na turma 1101. Também no Normal, continuei sendo eleita representante da turma, nos três anos do curso.

<sup>7</sup> Esse curso ficava no Instituto Guanabara que era dirigido por D. Zenaíde, mãe de Antonio Flavio Barbosa Moreira que só vim a conhecer quando já estava, como docente, na pós-graduação.

<sup>8</sup> Quando entrei no Instituto de Educação, nele só podiam ingressar meninas por norma do antigo Distrito Federal, do governo do prefeito Mendes de Moraes (de 16.06.1947 a 24.04.1951). Essa turma de ginásio continua se encontrando para almoçar, até hoje. Naturalmente, a pandemia interrompeu isto, mas eles já foram retomados, com todas nós vacinados (espero!).

<sup>9</sup> O mesmo aconteceu nas outras escolas de formação de professoras. Além do IE-RJ, tínhamos no Distrito Federal a Escola Normal Carmela Dutra, em Madureira, bairro na Zona Norte do Rio de Janeiro, a Escola Normal Sara Kubitschek, em Campo Grande, bairro distante do centro da cidade, a Escola Normal Heitor Lira, na Penha, bairro/subúrbio, e a Escola Normal Júlia Kubitschek, no centro da cidade. As turmas de normal fazem um encontro por ano, mas não foram ainda retomados. Esperamos que seja neste ano.



Turma do 1º ano do Normal, Nilda com faixa de representante, do lado esquerdo do Prof Dacorso Neto, de Matemática; a outra docente era a Profa Maria da Glória, de Química, 1959 – Acervo da autora.

Na segunda série normal, com colegas das outras escolas de formação de professoras, liderei um grande movimento contra o substitutivo Carlos de Lacerda – então deputado federal – em contato com a UNE (União Nacional de Estudantes). Esse substitutivo deu origem à primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961). Éramos contra o substitutivo, porque este acabava com um direito das estudantes das escolas normais do serviço público: saímos formadas com um lugar garantido como professoras da rede pública. Os concursos que começaram depois desta lei para as professoras, só foi estendido a todo servidor público pela Constituição de 1988, que exigia regulamentação. Com isso, somente com o Projeto de Lei nº 252/2003 (sim, de 2003!!!!) se começa a regulamentar os concursos públicos exigidos pela nossa Constituição Federal de 1988.

Sobre esta luta das estudantes das escolas normais então existentes, gostaria de dizer que, em momento que era o de início da TV no Brasil, aparecíamos todos os dias em algum horário, pois a programação, nesse início, era muito fluida. E tivemos, em uma das passeatas que realizamos, uma primeira página no Jornal do Brasil, que era o de maior circulação

naquele momento no Rio de Janeiro, ainda capital da República.

Mas assumi meu lugar como professora primária em 1962, sem concurso, já que tínhamos “direito adquirido”.

Mas depois, fiz dois concursos para professora de Geografia do Estado da Guanabara. O primeiro em 1967, 15 dias depois do meu casamento<sup>10</sup>. O segundo, em 1971, mas neste assumi o cargo de supervisora educacional, depois de um curso de complementação pedagógica, feita na Universidade Santa Úrsula, pois o setor fora aberto na Secretaria Estadual de Educação-RJ.

Entrar na universidade e fazer esses concursos foi possível, contraditoriamente, graças a Lei n. 4.024/61 que abriu todos os cursos universitários aos cursos secundários existentes. Com isso, pude fazer o vestibular de Geografia, para a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Passei em oitavo lugar neste vestibular e nele deixei de acreditar em avaliações. Conto o porquê: no curso Normal não tinha aula de Geografia. Eu queria fazê-lo porque tinha tido um maravilhoso professor na 3ª série do ginásio – Prof Gilberto – e porque adorava ler textos de Geografia. Meu pai comprava muitos livros e revistas publicados pelo IBGE e me dava para folhear ou lê-los.

No vestibular a que me candidatei, em duas diferentes provas orais – sim, fazíamos provas escritas e orais de disciplinas afins – ao sortear o ponto, caiu a única coisa que eu estudara, na hora, para fazer a prova: em História do Brasil, os primeiros presidentes brasileiros; em Geografia física, os tipos de nuvens. Mas o máximo desse processo, que me levou à descrença, ocorreu na prova oral de Geografia do Brasil. A banca era formada por duas professoras – uma para Geografia física do Brasil, outra para

<sup>10</sup> Por isso, ao invés da planejada lua de mel em S. Lourenço, passei esse período estudando com meus dois melhores amigos Antônio Francisco da Silva e Antônio Rodrigues. Por isso digo, sempre: casei com um João (João Guilherme Vargas Netto), mas passei a lua de mel com dois antônios.

Geografia humana do Brasil – e o catedrático que fazia perguntas sobre Geografia regional do Brasil. Cada examinador tinha dez minutos para fazer questões a cada estudante. O tempo – 10 minutos - era marcado por um barulhento despertador controlado pelo catedrático. Fui examinada, em primeiro lugar, por ele. Primeira questão que colocou: “em que estado você nasceu?” Resposta: “no Rio de Janeiro”. Observação dele: “todos os candidatos deste ano nasceram no Rio de Janeiro. Já falamos muito da região Sudeste...vamos falar então, para variar, da região Centro-oeste. Quer que eu pergunte ou quer falar dela?” (pânico total – eu nunca tinha estudado região Centro-oeste). Tomei a decisão: “quero falar...” E durante dez minutos, falei sobre essa região que nunca tinha estudado. Quando o despertador tocou, o catedrático disse baixinho, para mim: “a melhor prova de hoje!” E eu sabia que tinha passado, pois diziam: “quem passar com o catedrático, passa.”. Com isso, cheguei nervosíssima para ser examinada em Geografia física e não consegui entender a primeira questão que a professora fez: “por que os pinheiros nascem a 900 metros em S. Paulo e a 400 metros no Rio Grande do Sul?”<sup>11</sup>. Quem não sabe responder esta questão – e eu não soube – não deveria passar, mas eu passei. Ou seja, naquela época era mesmo o catedrático quem decidia...

Esclarecendo o mistério de como consegui falar por 10min de uma região que nunca tinha estudado. Meu pai era veterinário e nas refeições de família e em outras ocasiões papai falava muito e contava histórias. Com isso, eu sabia muito sobre pecuária, principal atividade da região, naquele então. Hoje continua predominantemente agrícola, o que a faz a

região mais poluidora do Brasil. E os livros do IBGE também ajudaram muito, sem dúvida. Como exemplo, o “Tipos e aspectos do Brasil” (IBGE, 1956) ajudou muito, com os desenhos de Percy Lau<sup>12</sup>, pelos quais eu era totalmente apaixonada desde que o conhecera, por um deles, reproduzido no livro didático usado na 4ª série primária e que mostrara a papai que comprou o livro do IBGE para mim. Esse livro foi muito usado por mim, quando professora de 1º grau<sup>13</sup>.



Regatão, desenho de Percy Lau (IBGE, 1956: p. 59)

A observação que vale acrescentar para completar este acontecimento é indicar como o “capital cultural”, tão trabalhado por Bourdieu (1998; 1979), vale em avaliações educativas, naquele então e ainda hoje.

Minha formação em Geografia e na pós-graduação vem a seguir.

### **‘Aprendendoensinando’ a Pesquisar – com Artefatos Culturais que Passam a Artefatos Curriculares nas Escolas: A Escrita e as Imagens e os Sons**

No curso de Geografia, tínhamos como docentes, pesquisadoras já bem conhecidas que atuavam também quer no IBGE, quer

<sup>11</sup> Trata-se da diferença da latitude.

<sup>12</sup> Nas referências trago a edição de 1996 que é a que tenho hoje online.

<sup>13</sup> O 1º grau era uma das divisões da Escola básica segundo a Lei n. 5692, de 11.08.1971, em pleno governo Medici. O 1º grau era formado por 8 anos, antigo primário + antigo ginásio, enquanto o 2º grau era formado por 3 ou 4 anos, correspondendo ao antigo secundário. Hoje, formariam, respectivamente, o Ensino fundamental e o Ensino médio.

em organismo estadual de estudos geográficos. Uma delas era a D. Lysia Bernardes que nos deu uma disciplina de Metodologias em pesquisa geográfica, que todos gostávamos muito. Outra era D. Teresinha Segadas que introduziu a Geografia urbana no curso e que conduziu as monografias de toda a minha turma – com onze estudantes. Preciso informar que eu queria fazer minha monografia não em geografia urbana, mas em climatologia. Tinha grande interesse nessa ciência que envolvia/envolve incertezas e muitas perguntas até hoje. O funcionamento das massas de ar era, então, um enorme mistério: ainda não se conhecia o El niño, muito menos La niña. Mas se tinha muita desconfiança da existência delas. Eu queria estudar isto. Mas o professor que me orientaria, faleceu no ano da monografia. Fui fazer em Geografia urbana, com toda a turma. Minha monografia se chamou assim: “A suburbanização do ramal de Santa Cruz da Central do Brasil: o caso Campo Grande.”

Quando me formei – em bacharelato e licenciatura – fui chamada para trabalhar no Colégio de Aplicação, da UFRJ (ainda Universidade do Brasil) e no IBGE. Muitas conversas familiares, muitas conversas com amigos... e me decidi pelo CAP. Afinal sempre quis ser professora! Essa escolha causou confusão na turma e quatro colegas (homens) me chamaram para almoçar, conversar e me convencer que era uma má escolha. Precisava ir para o IBGE, segundo eles. Mas o argumento maior que usaram era muito fraco, embora dele me lembre até hoje, pois me chocou: “afinal, você precisa ser geógrafa, pois é a única mulher inteligente da turma. Deixe as outras serem professoras.” E aqui estou eu, sendo professora há 61 anos, com 80 anos de idade e querendo continuar a sê-lo, por ainda alguns anos.

Mas a docente que mais nos marcou foi, sem nenhuma dúvida, a Profa Maria do Carmo Corrêa Galvão. Com ela fazíamos excursões pelo estado e uma, ao final do

curso, em outro estado brasileiro – S. Paulo. As excursões pelo estado eram em seu início e fim, um problema. Naquele então, mulheres não poderiam usar calças em estabelecimentos públicos. Nós, estudantes, já íamos de calça comprida ou  $\frac{3}{4}$  de casa, mas D. Maria do Carmo usava saia, já que era preciso apanhar diversos aparelhos de medição e fotografia em armário no último andar da FNFi, onde estavam as dependências do curso de Geografia. D. Maria do Carmo subia de saia, com dois estudantes homens – que podiam usar calças, mas não bermudas – e descia com os aparelhos. Em seguida, dentro do ônibus que nos levaria ao local da excursão, ia no fundo e com a ajuda de duas estudantes e de toalhas, levadas para isso, trocava a saia que vestia por calças compridas, mais próprias para as atividades a realizar. Na volta, para devolver os aparelhos, o processo era realizado ao contrário. Era excelente em orientação de trabalho de campo e uma companheira divertida, neste trabalho.



D. Maria do Carmo Galvão, professora do Curso de Geografia, a primeira com doutorado no exterior, s/d. Obtida em busca na Internet, 2023.

Mas com D. Maria do Carmo aprendemos muito mais. Há muito se discutia, na FNFi a criação de cursos noturnos. Em 1963, o Presidente do Diretório Acadêmico ganhou um cheque do Presidente da República – Jango Goulart – para que esses cursos fossem abertos. O

cheque foi entregue ao Diretor da Faculdade, assim que chegou no Rio de Janeiro, e diversos cursos estudaram a questão e aceitaram abrir curso noturno no vestibular do ano seguinte (1964) – entre eles estava o de Geografia.

Com o golpe militar-empresarial de 1964, a Congregação se reuniu e decidiu que os cursos não funcionariam. Nesse momento, D. Maria do Carmo se levantou, tomou a palavra e disse: “o curso de Geografia vai abrir o noturno. Quando afirmamos que íamos iniciar este turno, o fizemos não por medo dos estudantes, mas após estudos e aceite dos docentes do curso, em várias reuniões de organização do mesmo. Com isso, afirmo que abriremos o curso noturno.” Durante anos, ela sofreu internamente, perseguições por sua posição corajosa. E a tínhamos antes como uma pessoa conservadora, que era, de fato.

Assim, a base em pesquisa que adquiri no curso foi muito útil quando precisei fazer meu doutorado, na França. Muita coisa do que ouvi no curso da Paris V- René Descartes, já fazia parte do meu repertório.

Mas, tendo como orientadora no doutorado Vivianne Isambert-Jamati<sup>14</sup>, da cátedra de Sociologia da Educação - portadora de medalha da resistência, por suas ações durante a Segunda Guerra Mundial, e em cuja cerimônia comemorativa da aposentadoria estiveram presentes Bourdieu, Touraine e muitos outros - aprendi com ela muito mais que metodologias de pesquisa.

Eu aprendi, com ela, também metodologias: em seu *doctorat d'État*, ela apresentou um trabalho que se transformou em um livro importantíssimo (Isambert-Jamati, 1970) na qual usou análise de conteúdo. Também usei esta metodologia na minha tese, cujo título foi “Les contradictions entre les classes dominantes

et l'école - entre 1964 et 1978” e que foi defendida em 22 de janeiro de 1981, no mesmo dia em que Marguerite Youcenar, minha autora preferida, entrou na Academia Francesa de Letras, como primeira mulher a fazê-lo. Na tese, analisei editoriais do jornal O Estado de S.Paulo, no período referido, acerca de Educação, que iam de uma posição de apoio ao golpe militar-empresarial, em 1964 – com apoio à Reforma universitária de 1968 - até 1978, no período em que era Ministro da Educação, Jarbas Passarinho e no qual o jornal – já sob censura e publicando “Os Lusíadas”, de Camões, nos espaços abertos pela matéria censurada – tinha uma posição crítica ao que era feito no setor, em especial, sobre a reforma proposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 5692/1971), publicada no governo de Médici.

Mas de Mme Isambert-Jamati tenho muitas outras lembranças que vou resumir em uma só, de um acontecimento no primeiro dia de aula com o grupo que ela orientava, em setembro de 1977, com a sala cheia – devíamos ser umas vinte e cinco pessoas, vindas de muitos países. Ela chega, magra e elegante, e nos diz: “a universidade na França está em greve. Por que estou aqui dando aula? Ontem fui à assembleia docente e solicitei a possibilidade de dar aula a este grupo dizendo que nele tínhamos muitos estudantes estrangeiros que com muitas dificuldades estavam aqui e que precisavam começar seu trabalho pois, alguns tinham prazo para voltar a seu país e que outros, cujos países sofrem ditaduras, precisavam ter seu diploma em prazo regular, pois seriam necessários quando a situação política permitir que voltem aos países de origem. E eles e elas são muitos. Recebi autorização para vir conhecê-los e orientá-los.”

---

<sup>14</sup> Tive como colega de turma no doutorado a querida Léa Paixão que da UFMG veio ser docente na UFF, no mesmo tempo em que eu lecionei lá. Fomos colegas na pós-graduação desta universidade. No ano seguinte, chegou Silvério Bahia Horta, para fazer seu doutorado.



Viviane Isambert-Jamati, orientadora de doutorado  
– Obtida em busca na Internet, 2023.

Essa era Viviane Isambert-Jamati: solidária, respeitosa, política, ética e maravilhosa orientadora.

Precisei voltar ao país em julho de 1980, pois não tinha mais como me manter fora do Brasil e as condições políticas começavam a melhorar. A tese estava pronta, exigindo uma última revisão do francês. Um dia recebo, já no Brasil, resposta da Capes, me dando uma bolsa que tinha pedido, como última possibilidade de ficar até outubro/1980 para defender a tese<sup>15</sup>. Expliquei que já tinha regressado e perguntei se seria possível me darem uma passagem – ida e volta – e dois meses de bolsa, em janeiro e fevereiro de 1981. Ganhei esta bolsa e pude ir defender a tese<sup>16</sup>, depois de uma boa correção do francês e o envio dos onze exemplares exigidos, em uma mala, a um amigo na França para serem entregues da Secretaria dos cursos, em outubro de 1980.

Conseguindo ainda receber o diploma antes de voltar.

Voltando ao Brasil, assumi os cargos que tinha no estado do Rio de Janeiro e comecei a trabalhar em instituições privadas – em cursos de graduação regulares e cursos de extensão e pós-graduação lato-sensu – nos quais conheci pessoas que me levaram a trabalhar como convidada no Curso de Pós-graduação em Educação da UFF<sup>17</sup>.

Em 1983, quando era seu Coordenador Alfredo Gomes de Faria Júnior, comecei a trabalhar, junto a outros dois docentes também convidados para reforçar o curso, pois se pretendia abrir o doutorado nele: Luiz Antônio Cunha e Menga Ludke. Quando chegamos, já eram professores do curso, entre outros: Célia Linhares e Jésus de Alvarenga Bastos. Um ano mais tarde, realizamos concursos para nos tornarmos professores efetivos. Em seguida, conseguimos a incorporação de Gaudêncio Frigoto e Vanilda Paiva, efetivados por ato assinado por Sarney quando Presidente da República (15.03.1985 a 15.03.1990)<sup>18</sup>.

Em 1985, fui chamada com uma das matrículas do estado, para atender o Mestrado em Educação da UERJ, no qual fiquei alguns anos. Voltando concursada para a Faculdade de Educação, em 1996.

Passo a desenvolver pesquisas, com apoio do CNPq e do INEP, que naquele momento era também importante apoiador de pesquisas. Meu interesse está, desde então, na formação docente e no trabalho cotidiano das professoras/professores, com ênfase nos artefatos culturais que se transformavam em artefatos curriculares ao

<sup>15</sup> Lembro que as férias escolares na Europa são entre julho e agosto, meses de verão.

<sup>16</sup> A banca era composta por Vivianne Isambert-Jamati; Le Thanh Khoi, orientador de Jesus Alvarenga Bastos (1978); Joffre Dumazedier, orientador de Lilian do Valle (1983).

<sup>17</sup> Lembro, particularmente, o Prof Cosme Damiano d'Ávila.

<sup>18</sup> Lembro que em 1984 fora eleito Presidente Tancredo Neves, com Sarney como Vice-Presidente. Tancredo sofre uma operação de diverticulite e vem a falecer. Com isso, seu vice assume como Presidente.

terem uso nas escolas, em especial, aqueles de imagens e sons.

Com isso, desenvolvi intensa participação no movimento de mudança dos cursos de formação de professores, o que me fez estar presente em Belo Horizonte, no final do processo de reuniões estaduais e regionais, desenvolvido pelo MEC, entre 1982 e 1983. Na reunião de novembro de 1983, saiu um documento norteador do trabalho a partir daí foi formada a CONARCFE (Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador) – sob a Presidência de Márcia Aguiar (UFPE) - e que passa a realizar reuniões que acompanhavam, com encontros anuais (estaduais e regionais; com um nacional aglutinador) as mudanças que estavam sendo realizadas em diversas universidades, com a criação de cursos com novas propostas curriculares. Em 1990, foi criada a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), com a Presidência de Luiz Carlos de Freitas (UNICAMP) que passou a liderar este movimento.

O documento de 1983 cria a ideia de Base Comum Nacional que tem uma metodologia extremamente criativa no seu processo: estimular o aparecimento de cursos com novas propostas nas diversas instituições formadoras, com extrema expressão local; realizar reuniões estaduais e regionais para análise dessas propostas em desenvolvimento, culminando com uma reunião nacional, a cada ano, que procuraria identificar as linhas de força que estavam sendo criadas nessas mudanças. No horizonte, com muitas propostas em andamento e muitas reuniões de análise e de organização de ‘*prácticasteorias*’ acerca do que fosse surgindo, apareceria uma Base Comum Nacional, que seria comum, antes de ser nacional, porque com muitas

experiências e discussões representativas acerca delas, antes.

Essa ideia foi incorporada à LDB, de 1986, para a formação docente, mas sem nenhuma especificação, sendo transformada em BNC (Base Nacional Comum), para a Educação Básica, bem dentro do espírito dos criadores do substitutivo no Senado – Darcy Ribeiro e Marcos Maciel, na qual o nacional vem antes do comum, criando a ideia de que a proposta deve ter controle nacional e o comum se transformando em obrigatório, por isso. Essa mudança nos causou grandes transtornos nos anos que passamos depois do golpe do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016.

No entanto, em 2015, tínhamos conseguido fazer aprovar, após um magnífico relatório redigido pelo Conselheiro Luiz Dourado, a resolução n.2/2015 do Conselho Nacional de Educação, transformada em Lei que incorporava praticamente todas as ideias desenvolvidas no longo processo de movimentos da ANFOPE<sup>19</sup>.

O exercício de Coordenação do Curso de Pós-graduação e a ação política na UFF me levaram à Direção da Faculdade de Educação, entre 1990 e 1994.

A necessidade de formação de docentes do Ensino Fundamental e Médio nas universidades levou a que a Faculdade de Educação/UFF, como parte dos movimentos da CNFPE/ANFOPE, criasse o Curso de Pedagogia, em Angra dos Reis, em regime experimental. Ao que saiba, este foi o único curso que se colocou sob a designação de experimental assumindo a

---

<sup>19</sup> Menos a de “escola única”, desenvolvida por Luiz Carlos de Freitas, em proposta muito bem apresentada em artigo de 1992 (FREITAS,1992) e melhor explicada em artigo publicado no primeiro número da revista da ANFOPE (FREITAS, 2019), mas que não possui uma aceitação total do movimento, pois exprime perspectiva ‘prácticoteórica’ ligada a experiências marxistas soviéticas.

possibilidade legal contida na LDB vigente à época.<sup>20</sup>

Vale lembrar aqui algumas dessas propostas contidas nessa experiência que teve seu começo em julho de 1992. Nomeamos os períodos de formação de NEAPs (Núcleo de Estudos e Atividades Pedagógicas) que possuíam 10 semanas, incluindo avaliação e planejamento coletivos ao final de cada um dos períodos. Cada um desses NEAPs possuía uma denominação que era explicitada em um subtítulo. O curso desenvolvia atividades culturais múltiplas e tinha sempre um docente responsável por sua organização. Essas atividades se desenvolviam em muitos ‘*espaçostempos*’ – ‘*dentrofora*’ de Angra dos Reis - com a participação de inúmeras pessoas ligadas a todos os setores culturais: literatura; música; dança; teatro; cinema etc e que eram do município e de outros municípios do estado e pertenciam a instituições, organizações e associações diversas. O curso era noturno para contribuir na formação de docentes na região e incorporava outros municípios além de Angra, sabendo que trabalhavam em outras atividades e em outros turnos ou já eram docentes com curso Normal. Por esta razão, foi criado um componente – Estudos dirigidos – em uma das noites, com professor que acompanhava as atividades, permitindo o estudo conjunto de textos indicados nas disciplinas do NEAP que os estudantes cursavam ou realizavam alguma atividade determinada pelas referidas disciplinas

(‘*viamouviamsentiampensavam*’ um filme; assistiam uma palestra; preparavam um trabalho para apresentar etc). Às 4as feiras, existia um componente curricular novo – Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP) – que permitia que os estudantes terminassem seu curso com uma monografia, em trabalho acompanhado por diversos docentes (um para cada questão que os estudantes desejavam trabalhar) desde o primeiro

NEAP. Dessa maneira, cada NEAP possuía somente três disciplinas – muitas delas criadas para o curso. Assim, às 4as, todas as turmas estavam reunidas na PPP, com inúmeros docentes; as disciplinas ocupavam 3 noites; a noite que sobrava, em cada turma, era ocupada pelo Estudo dirigido.



Grupo de pessoas ligadas ao Curso de Angra: Luiz Carlos Manhães (1º coordenador), Neila Guimarães Alves (última coordenadora do período experimental), Angela Siqueira (professora do Curso) e a Nilda Alves, 2023, em Visconde de Mauá – acervo da autora.

<sup>20</sup> Lei n. 5692/1971, em seu Art. 64 diz: “Os Conselhos de Educação poderão autorizar experiências pedagógicas, com regimes diversos dos prescritos na presente Lei, assegurando a validade dos estudos assim realizados”.



Grupo de docentes e discentes do Curso de Angra: à esquerda Joanir Azevedo (coordenadora do curso quando foi validado pelo MEC); atrás dela Alexandra Garcia e Inês Barbosa de Oliveira.



Grupo de ex-alunos da 1ª turma do Curso de Pedagogia; à frente, meio abaixada, Sandra Sales, hoje docente na UFRRJ.

Na minha vida, na universidade, a função pesquisa sempre esteve muito articulada com as de docência e extensão, pois os processos em uma delas sempre se passava nas outras, já que trabalhava em especial, com as/os docentes – tanto os em formação, como os em serviço. A militância política na formação de docentes foi por isso, colocada aqui neste item.

As pesquisas em anos seguidos – e até hoje – foram se desenvolvendo dentro de uma corrente de pensamento a que chamamos de pesquisas nos/dos/com os

cotidianos que está relacionada, inicialmente, com as pesquisas que Regina Leite Garcia e esta autora realizavam com seus grupos de pesquisa e que se teceu na necessidade de romper com a visão hegemônica de se entender as escolas como “caixa preta” dentro da ideia de que só se pode avaliar e compreender o que lá se passa no esquema input-output, dominante ainda na aplicação de provas nacionais.

Como docentes que fomos da Escola básica sabíamos que nas escolas muito se cria e que era preciso mostrar que muito se passava em criação curricular e didática nas múltiplas e complexas relações dos tantos ‘dentrofora’ das redes educativas que formamos e nas quais nos formamos.

A criação desta corrente de pensamento teve relação com o pensamento de inúmeros teóricos franceses: Henri Lefebvre (1983; 1992); Michel de Certeau (1994; 1997), Gilles Deleuze (2007; 2003; 1985), com Gattari (1992). As conversas múltiplas com pesquisadores brasileiros desta mesma corrente de pesquisa foram centrais para o desenvolvimento da mesma – lembraria sem referenciar nenhuma de suas tantas obras, sem nenhuma ordem e na certeza que não estão todas/todos aqui: Janete Magalhães Carvalho, Carlos Eduardo Ferraço, Inês Barbosa de Oliveira, Teresa Esteban, Maria da Conceição Soares, Maria Tereza Goudard, Mairce Araujo, Tania Delboni, Sandra Kretli, e muitas/muitos outros.

As pesquisas que desenvolvi, quer na UFF, onde trabalhei de 1983 até 1996, quando me aposentei como professora titular<sup>21</sup>, quer na UERJ para onde me transferi, por concurso como professora adjunta em 1996, realizando um segundo

<sup>21</sup> O concurso de titular na UFF foi realizado em 1995. Nele apresentei uma tese como título “O espaço escolar e suas marcas – o espaço como dimensão material do currículo”.

concurso de titular em 2000<sup>22</sup>, contaram com apoio do CNPq, da CAPES, do INEP, da FAPERJ e das universidades nas quais trabalhava, nas modalidades auxílios e bolsas, em especial.

Nessas pesquisas, fui me dedicando a perceber estes movimentos de criação através de buscar compreender os usos - realizados nos *'dentrofora'* das escolas, pelas/pelos docentes - dos múltiplos artefatos culturais postos à disposição na sociedade, em especial os sonoros-visuais. Isso pode ser verificado nos títulos dos projetos desenvolvidos nos últimos vinte anos, sob minha coordenação:

“Currículos ‘praticadospensados’ nos cotidianos – criações curriculares para além da estrutura em disciplinas” (2022-2027). “Processos curriculares e movimentos migratórios: os modos como questões sociais se transformam em questões curriculares nas escolas” (2017-2021). “Redes educativas, fluxos culturais e trabalho docente: o caso do cinema, suas imagens e sons” (2012-2017). “Memórias imagéticas da Universidade do Rio de Janeiro- algumas questões curriculares sobre o acervo fotográfico da UERJ” (2009-2012). “Artefatos tecnológicos relacionados à imagem e ao som na expressão de culturas de afro-brasileiros e seus 'usos' em processos curriculares de formação de professoras na Educação Superior - o caso do curso de Pedagogia da Uerj/campus Maracanã” (2006-2009). “O uso da tecnologia, de imagens e de sons por professoras de jovens e adultos e a tessitura de conhecimentos (valores) no cotidiano: a ética e a estética que nos fazem professoras” (2003-2006). “Memórias de professoras sobre televisão: o cotidiano escolar” (2000-2003).

A estes projetos se juntam alguns relacionados a propostas com auxílio FAPERJ, dentro de editais de apoio à

Escola Pública que desenvolvemos e entre os quais lembro: “A relação de praticantes docentes com a internet e a produção científica da área da educação, através de ‘site’ de divulgação científica” (2007-2009), o primeiro. E o que estamos realizando atualmente: “Artefatos culturais na criação de artefatos curriculares” (2022-2024), no qual estamos criando com docentes e discentes, em duas escolas do Rio de Janeiro alguns desses artefatos: livros; podcast; filmes.

A preocupação com a materialidade da escola – centrada em artefatos produzidos pelos *'praticantespensantes'* (OLIVEIRA, 2012) das escolas - nessas pesquisas, criando processos para organizar epistemológica e metodologicamente essa corrente de pensamento, permitiu identificar e compreender aquilo que chamamos de *'movimentos necessários às pesquisas com os cotidianos'* (ANDRADE; CALDAS; ALVES, 2019), sempre em criação e em mudança. Dos movimentos estudados neste artigo referenciado acima algumas mudanças já foram realizadas, desde a sua publicação e, hoje, assim os estamos indicando: O sentimento do mundo; Ir sempre além do já sabido; Criar nossos “personagensconceituais”; Narrar a vida, audiovisualizar e literaturizar a ciência; Ecce femina+; A circulação dos *'conhecimentossignificações'* como necessidade. A ideia de compreender como movimentos essas ideias nessas pesquisas, desde sua primeira versão (OLIVEIRA; ALVES, 2001), permitiu que sempre pudéssemos incorporar mudanças que apareciam nas tantas *'conversas'* que desenvolvíamos em múltiplos *'espaçostempos'* de encontros com colegas.

É preciso indicar que, há muito tempo, temos entendido as conversas como o lócus principal de desenvolvimento das pesquisas

---

<sup>22</sup> O título da tese apresentada na UERJ foi: “A Aula: redes de práticas – os processos cotidianos de ensinar e aprender”.

com os cotidianos. Nelas surgem narrativas que possibilitam a criação tanto de ‘conhecimentossignificações’, como possibilidades de uso de artefatos em processos pedagógicos. As conversas como local de circulação, mobilização e criação de ‘conhecimentossignificações’ têm nos ajudado a avançar nos processos de pesquisa, pela compreensão de que as narrativas que nelas surgem não apresentam a “verdade” dos acontecimentos, mas as possibilidades dos movimentos nos cotidianos. Como a memória de acontecimentos passados é sempre renovada a cada narrativa que se faz, as conversas abrem a possibilidade de compreendermos os tantos movimentos criados no vir ser, naquilo a acontecer ainda.

Essas pesquisas, levaram a que em 2001, fosse criado no ProPEd/UERJ-campus Maracanã, programa em que trabalho desde 1997, o Laboratório Educação & Imagens & Sons ([www.lab-eduimagem.pro.br](http://www.lab-eduimagem.pro.br)) que permitiu a formação de uma rede de grupos de pesquisa, reunidos em Seminários a cada dois anos, chegando, em 2024 à sua décima edição. No ano de 2022, diversos docentes do PPGEDU Processos Formativos e Desigualdades Sociais, o segundo programa em que trabalho na UERJ, começaram a se organizar o LBEIS-PPGEDU, campus S. Gonçalo, que ganha realidade em 2023 (<https://labeisppgeduffp.com>)

Outra ideia que surgiu no desenvolvimento dessas pesquisas foi o de ‘redes educativas’ (ALVES, 2019 b) que tem permitido melhor compreender as tantas diferenças de formação e ação das/dos docentes, incluindo os usos que fazem de artefatos culturais. Elas são identificadas como de ‘prácticas teóricas’ uma vez que surgem por práticas sociais nossas, permitindo o surgimento de múltiplos ‘conhecimentossignificações’ a que podemos chamar de teorias.

São assim identificadas:

a das ‘prácticas teóricas’ da formação acadêmico-escolar; a das ‘prácticas teóricas’ pedagógicas cotidianas; a das ‘prácticas teóricas’ das políticas de governo; a das ‘prácticas teóricas’ coletivas dos movimentos sociais; a das ‘prácticas teóricas’ de criação e “uso” das artes; a das ‘prácticas teóricas’ das pesquisas em educação; a das ‘prácticas teóricas’ de produção e ‘usos’ de mídias; a das ‘prácticas teóricas’ de vivências nas cidades, no campo e à beira das estradas.

A compreensão da necessidade de formulação de contribuições epistemológico-teórico-metodológicas nessas pesquisas se deu desde o seu surgimento, uma vez que entendíamos – Regina Leite Garcia e Nilda Alves – com os grupos de pesquisa que coordenávamos, que estávamos propondo algo novo o que exigia essa produção. E isso foi feito de maneira articulada, por diversos meios. Lembro a publicação de uma coleção de livros, pela editora DPA chamada “O sentido da escola”, com trinta volumes, e que teve ampla circulação. Lembro também um artigo publicado em livro organizado por Bianchetti e Machado (2006) no qual indicávamos a necessidade de orientação coletiva de teses e dissertações nas pesquisas com os cotidianos.

Ressalto, como creio que ficou claro, essa trajetória pessoal aqui mostrada foi, sempre, coletivamente vivida. Fiz-me pesquisadora com os cotidianos com colegas e estudantes que também se faziam. Os encontros que propiciavam conversas foram de inumeráveis ordens – defesas de teses; aulas na pós-graduação; encontros científicos diversos; lançamento de livros; viagens ao exterior, para congressos; e mesmo em encontros festivos. Muitíssimos desses encontros foram fotografados:



Banca de tese de Joana Ribeiro, ProPed/UERJ, 2018; banca: Nilda Alves (presidenta), Conceição Soares (UERJ), Carina Kaplan (UBA/Argentina); Carlos Eduardo Ferrazo (UFES); Nívia Andrade (UFF). Acervo da autora.



CINEOP, Ouro Preto/MG, 2022.



Aula em turma de uma eletiva no PPGED/UERJ-campus S. Gonçalo, 2018. Acervo da autora.



Seminário REDES, UERJ, 2022.



Lançamento de livros, Colóquio Filosofia da Educação, UERJ, 2018.

GT 13-Currículo, na ANPEd, Niterói/RJ, 2019.



Em Paris, em 2017, para encontro com colegas da Université de Rouen, no Palais Royal, em seu lado sul com as colunas de Buren, criadas em 1986, descobrindo que estava vestida de acordo e segurando minha caixinha de remédios idem.



Festa de fim de ano, no ProPEd.



Homenagem aos 80 anos da autora, em 2022, encerrando um encontro de Avaliação e Planejamento, do PPGEDU.



Em Montevidéu, em 2016, com Conceição Soares (UERJ), Fernando Miranda e Gonzalo Vicci, em encontro de estudo.



Cerimônia de outorga do título de Professora emérita na UERJ, 2023; com a Presidenta da ANPEd, Geovana Lunardi Mendes; Gulnar Azevedo e Silva, ex-Presidenta da ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva); Bruno Deusdará, Diretor do CEH (Centro de Educação e Humanidades), UERJ.



Cerimônia de com outorga antigas alunas, colegas hoje da EDU/UFF (Teresa Esteban) e da FFP/UERJ (Mairce Araújo e Regina de Jesus).

## O Exercício da Política no Campo da Educação

Como mostrei, anteriormente, em uma família que *'atuavapensava'* politicamente, eu sempre participei de movimentos. Desde meu curso primário, estava me

movimentando e queria participar e entender o mundo político.

Permito-me começar esta parte do texto mostrando que essa movimentação política se dava sempre nos tantos *'dentrofora'* das instituições em que estudava e trabalhava e sempre em muito boa companhia<sup>23</sup>.



Regina Leite Garcia, Célia Linhares e Nilda Alves com LULA, ainda liderança sindical, em homenagem que recebeu na Câmara Municipal de Niterói, em 1987 (creio, sem certeza) – Acervo da autora.

Os movimentos de que participei me levaram a assumir várias presidências de diferentes associações – da ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, entre 1991 e 1992), da ANPEd (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, entre 1999 e 2003, em dois mandatos), da ASDUEJ (Associação de Docentes da UERJ, entre 2005 e 2007) e da ABdC (Associação Brasileira de Currículo, entre 2011 e 2014, em dois mandatos).

Na ANFOPE participava do movimento, como disse anteriormente, desde a formação da CONARCFE, em 1983. Dela participei desde sua criação, em mesmo antes dela, já que estava na reunião anual de 1983.

<sup>23</sup> Com a foto a que se refere acima quero prestar homenagem a duas grandes companheiras de muitas lutas: Regina Leite Garcia (In memoria) e Célia Linhares

Na ANPEd, não participei de sua fundação pois estava na França, nesse momento. Mas participei da sua terceira reunião anual realizada da Faculdade Sta Úrsula no Rio de Janeiro. Estive ausente de poucas reuniões nacionais: uma, na que houve a indicação da chapa que Alceu Ferraro presidia, pois estava fazendo pós-doc na França; a que foi realizada em Santa Catarina, em 2015, porque estava recém-operada.

Na ANPEd, com outros colegas, organizei vários grupos de pesquisa: a) o de Ensino de 2º Grau (extinto quando da criação do GT Trabalho e Educação); b) o de Estudos da América Latina em Educação (extinto por proposta de Alceu, quando Presidente da ANPEd, na promessa de que a dimensão da América Latina estaria em todos os GTs, o que nunca aconteceu); c) o GT Currículo, em 1986, com Ana Maria Saul, José Luiz Domingues, Iracema Pires Ferreira, Antonio Flávio Barbosa Moreira e Regina Leite Garcia; d) mais recentemente, criamos o GE Cotidianos: dimensões éticas, estéticas e políticas (a que queremos acrescentar: poéticas), com muitos colegas, dos quais citamos Inês Barbosa de Oliveira e Márcio Caetano que aceitaram formar a primeira coordenação do grupo.

Na ABdC estive na fundação da associação e assumi a presidência na primeira Diretoria. Ajudei, dentro do possível, a registrar a associação e mantivemos as possibilidades de encontros em reuniões nacionais da ANPEd, por exemplo, ou outros encontros grandes, como o Redes, na UERJ. A ideia de publicarmos dossiês em revistas já existentes surgiu no segundo mandato, por proposta de Elizabeth Macedo e que encontrou eco em algumas revistas da área<sup>24</sup>.

Já na ASDUERJ, embora com participação em sindicatos anteriores – no SEPE e da ADUFF - fui instada a assumir a

presidência depois de uma crise local. Saí quase no final do mandato porque tínhamos uma eleição para a Reitoria e a força política a que me ligava na UERJ, em ampla discussão, entendeu que deveríamos apresentar uma chapa (o médico Ronaldo Lauria e eu) para que surgissem, nos debates, três questões que precisavam ser articuladas e aparecer nas falas dos candidatos a Reitoria, mostrando o compromisso que tinham com as questões. Nessa eleição, tínhamos cinco chapas, e foi a mais concorrida. As questões a discutir eram: 1) a existência das cotas, em especial as raciais, cuja implantação ainda estava em seu início e era ainda muito frágil; 2) a questão do percentual de 6% que deveria ser da UERJ pois estava na Constituição estadual; 3) a questão da dedicação exclusiva dos docentes, que não existia na UERJ.

Essas foram experiências poderosas e algumas delas preciso narrar – afinal a formação nas/das/com as pesquisas com os cotidianos tem mostrado a potência das narrativas.

Na ANFOPE, continuamos, na Diretoria que presidi, a desenvolver os encontros estaduais, regionais e nacional, anualmente. Mas, as muitas tarefas que fui assumindo, em especial a da Direção da Faculdade de Educação da UFF, me fizeram ir me afastando aos poucos da participação da associação.

As movimentações na ANPEd foram grandes, desde a tentativa de formar uma Diretoria no Rio de Janeiro, antes da realização da Reunião Nacional, até a formação e apresentação de duas candidaturas na Assembleia – o que nunca havia acontecido. Mas, no fim, a outra chapa não pode ser mantida porque alguns de seus componentes não eram associados, há algum tempo. A chapa que presidia, percebeu isto ainda na sua composição, quase na hora da apresentação do programa

---

<sup>24</sup> Hoje já são seis as revistas que publicam dossiês anuais em articulação com a ABdC.

na Assembleia, e conseguimos substituir a nossa querida Maria Felisberta Trindade (in memória), pelo também querido Osmar Fávero, ex-presidente<sup>25</sup>, mas que aceitou a 2ª Secretaria e a responsabilidade de ficar com a editoria da RBE (Revista Brasileira de Educação) que tinha aparecido na gestão anterior, presidida por Maria Malta Campos. Algumas mudanças foram desenvolvidas pela Diretoria e vou lembrar algumas.

A primeira delas se refere à informatização do envio dos trabalhos a serem selecionados para apresentação na Reunião Nacional. Até então, os trabalhos eram enviados pelo correio, em três exemplares em papel o que trazia um enorme acúmulo de material, todos os anos. Isto foi feito, lembro, antes mesmo que as agências financiadoras informatizassem o envio de projetos, mas porque percebíamos que isso iria acontecer e queríamos que o campo estivesse preparado. Deu certo, eu acho!

A segunda foi trazer o financiamento do Programa de pesquisas com pesquisadores negros para ser executado pela própria ANPEd. Esse financiamento, obtido na gestão anterior de Maria Malta, mas sendo executado financeiramente pela ONG Ação Educativa, então dirigida por Sergio Haddad. Trazer este financiamento para a ANPEd executar, permitiu que trouxéssemos para a reunião nacional, logo no primeiro ano, uma sessão de painéis dos trabalhos que estavam sendo financiados, permitindo, ainda, a criação do GT 21- Educação e Relações Étnico-raciais, em 2021, na qual Iolanda de Oliveira (UFF) e Maria Lúcia Rodrigues Muller (UFMT) tiveram papel importante. Outros dois grupos foram criados na gestão que presidi: GT 22 – Educação Ambiental, criado em 2000, em movimento articulado por Marcos Reigota (UNISO) e GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação, criado em 2003,

por um grupo de pesquisadoras/pesquisadores.

Outra questão importante resolvida nessa gestão foi a compra de uma sede própria. A mudança dos móveis e acervo documental de uma diretoria para outra era um enorme movimento e levava a um grande gasto financeiro a cada quatro anos – já que, até ali, as diretorias tinham sempre dois mandatos. Foram compradas três salas que tiveram, até a pandemia, importância grande nas gestões sucessivas. A possibilidade de trabalho virtual, surgido com a pandemia e por ela exigido, trouxe uma grande modificação nisto.

Por fim, a página virtual ensaiada na gestão de Maria Malta, teve um grande desenvolvimento nessa gestão e passou a ser implementada e desenvolvida pelas gestões seguintes. Hoje, não nos entenderíamos sem ela e seu lindo logo, criado na gestão atual, presidida por Geovana Mendonça Lunardi Mendes.

Esses exercícios políticos aconteceram em anos movimentados politicamente, no Brasil, nos quais a realização de inúmeras reuniões acontecia a cada ano. Logo no início deste período surgiu a CBE (Conferência Brasileira de Educação), organizada pela ANPEd, CEDES e ANDE (Associação Nacional de Educação), que reuniu milhares de docentes em suas cinco edições: a primeira, em S. Paulo; a segunda, em Belo Horizonte; a terceira, em Niterói; a quarta em Goiânia; a quinta, em Brasília.

### **Concluindo**

No ano passado, completei oitenta anos, e recebi o título de Professora emérita, na UERJ. No CNPq, me passaram, sem que eu tivesse pedido, para Pesquisadora sênior e desenvolvo um projeto, preocupada com as marcas profundas que a estrutura disciplinar trás ainda hoje nas propostas curriculares, embora tenha surgido na implantação da reforma Cabanis, no

---

<sup>25</sup> Osmar Favero completou, em 2023, seus noventa anos.

período napoleônico na França, para preparar quadros técnicos necessários ao capitalismo que, por fim, tinha estendido seu poder financeiro – e suas guerras - por todo o mundo. Esse projeto tem também o apoio da CAPES, FAPERJ e UERJ.



Discursando na Assembleia da IV CBE na discussão da Carta de Goiânia, Goiânia, 1996. Essa Assembleia precisou ser realizada na quadra de esportes da UFG, único lugar que comportava o número de participantes. Osmar Favero que presidia a ANPED, presidiu a Assembleia.

Na UERJ, continuo trabalhando em dois programas de pós-graduação, orientando mestrandos e doutorandos, no GrPesq Currículos Cotidianos, redes educativas, imagens e sons, que possui, como membras e membros: onze pós-doutores; dez doutorandos; uma mestranda; três mestres; uma graduanda.

Na ANPED, contribui na formação de um novo grupo de estudos e estou comprando minha passagem para ir a nossa 41ª Reunião Nacional em Manaus e ver este GE passar a GT na Assembleia. Em 2022, propusemos à Diretoria da ANPED a formação de um grupo de trabalho acerca da criação de produtos culturais, em especiais os áudio-visuais, como ‘*espaçotempos*’ da produção de ‘*conhecimentossignificações*’, buscando qualificá-los diferentemente nas avaliações da área (Comissão Especial para propor política de valorização da produção artístico-cultural na pós-graduação e

pesquisa em Educação; Portaria 10, de 08 de julho de 2022, sob a Coordenação de Paulo Carrano). Espero discutir esta questão também, a partir de formulário preenchido por mais de 120 colegas que trabalham com imagens e sons.

Na ANFOPE, fiz a conferência de abertura abri a RN realizada em 2022 na UERJ, de cujo convite muito me orgulhei.

Na ABdC, continuo buscando contribuir na sua consolidação. Sempre escrevendo nos dossiês que abre e organizando alguns.

Nos dois programas a que sou ligada na UERJ, sigo com minhas orientações, mas pensando encerrar o recebimento de orientandos em 2024. E sigo vendo minha neta crescer:



Três gerações 1, 1991, no aniversário da vovó Italiana.



Três gerações 2, 2022, no aniversário de 80 anos da vovó Nilda.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Nilda. *Práticas pedagógicas em imagens e narrativas – memórias de processos didáticos e curriculares para pensar as escolas hoje*. S. Paulo Cortez, 2019a.
- ALVES, Nilda. Sobre as redes educativas que formamos e que nos formam. In Alves, Nilda. *Práticas pedagógicas em imagens e narrativas – memórias de processos didáticos e curriculares para pensar as escolas hoje*. S. Paulo: Cortez, 2019b: 115 – 133.
- ANDRADE, Nívea; CALDAS, Alessandra Nunes; ALVES, Nilda. Os movimentos necessários às pesquisas com os cotidianos – após muitas ‘conversas’ acerca deles. In OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SUSSUKIND, Maria Luiza; PEIXOTO, Leonardo (orgs). *Estudos do cotidiano, currículo e formação docente: questões metodológicas, políticas e epistemológicas*. Curitiba: CRV, 2019: 19-45.
- BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. *A bússola do escrever – desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. S.Paulo/Florianópolis: Cortez/EdUFSC, 2ª ed., 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Les trois états du capital culturel*. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n. 30, nov/1979: 03-06.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de et alli. *A invenção do cotidiano – 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da Encyclopédie. In DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986: 247 – 276.
- DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007
- DELEUZE, Gilles. Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- DELEUZE, Gilles. Imagem-tempo (Cinema 2). S. Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Os personagens conceituais. In DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992: 81-109.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Em direção a uma política para a formação de professores. *Em Aberto*. Brasília: INEP, ano 12, n.54, abr./jun.1992: 02-22.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Anfope: concepções predominantes nos anos iniciais e sua importância para a luta atual. *Formação em Movimento*. Rio de Janeiro: ANFOPE, v.1, n.1, jan./jun. 2019: 16-31
- IBGE. *Tipos e aspectos do Brasil – excertos da Revista Brasileira de Geografia; ilustrações de Percy Lau*. Rio de Janeiro, 1956. Consulta em 15.03.2023 <https://ia800706.us.archive.org/7/items/aspectos1956br/aspectos1956br.pdf>
- ISAMBERT-JAMATI, Viviane. *Crises de la société, crises de l'enseignement- Sociologie de l'enseignement secondaire français*. Paris: PUF, 1970.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. S. Paulo: Ática, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal – lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículos e pesquisas com os cotidianos: o caráter emancipatório dos currículos ‘pensados/praticados’ pelos ‘praticantes/pensantes’ dos cotidianos das escolas. In: Carlos Eduardo Ferraço e Janete Magalhães Carvalho (orgs.). *Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades*. Petrópolis: DP et Alii, 2012: 47-70
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda. *Pesquisa nos/dos cotidianos das escolas – sobre redes de saberes*. R Rio de Janeiro: DPA, 2001.



### Legados Pedagógicos

“Legados Pedagógicos” é a versão para Língua Portuguesa da sessão “Acquired Wisdom”. Esta sessão está dedicada a publicar depoimentos, memoriais, reflexões de pesquisadores/as experientes. A proposta é partilhar reflexões sobre diferentes trajetórias de vida e investigação, que possam inspirar novas gerações de pesquisadores.

Os textos submetidos à sessão Legados Pedagógicos devem ter pelo menos 15 páginas com reflexões sobre a própria trajetória acadêmica do/da pesquisador/a considerando um ponto de vista peculiar e original a partir de elementos como: principais contribuições para seu campo de pesquisa; principais lições aprendidas durante sua carreira; opiniões sobre os fatores pessoais e situacionais (instituições e outras afiliações, colegas, orientadores e orientados) que estimularam de forma significativa seu trabalho; construção de objetos e campos de pesquisa em educação.



### Legados Pedagógicos – Equipe Editorial

**Andréa Barbosa Gouveia**  
Universidade Federal do Paraná

**Claudio Nunes Pinto**  
Universidade do Sudoeste da Bahia

**Maria Beatriz Luce**  
Universidade Federal do Rio Grande de Sul

**Miriam Fabia Alves**  
Universidade Federal de Goiás



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Education Review/Reseñas Educativas/Resenhas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Education Review/Reseñas Educativas/Resenhas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. O conteúdo de 1998-2020 da *Education Review/ Reseñas Educativas/ Resenhas Educativas* foi publicado sob uma licença CC diferente:  [http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/)

**Nota:** Os pontos de vista ou opiniões apresentadas nas resenhas de livros são exclusivamente do (s) autor (es) e não representam necessariamente os da revista.